

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com importantes realizações, 2014 foi um ano decisivo para o desempenho da CTEEP. A Companhia vive um ciclo de ajustes em decorrência da redução da receita, derivada da prorrogação da concessão, e da revisão estratégica realizada pelo Grupo ISA cujos focos são eficiência e rentabilidade.

Frente a esse cenário, atuamos de forma assertiva e criamos uma plataforma de gestão focada nos pilares de melhoria da eficiência operacional, aumento da rentabilidade dos investimentos, e reforço dos níveis de governança corporativa, sobretudo nas subsidiárias integrais e empresas controladas em conjunto.

Em 2014, mantivemos a disciplina na implementação de programas de racionalização de custos; promovemos um amplo processo de introspecção, de olhar para dentro do negócio, buscando identificar oportunidades de aperfeiçoamento, que resultou na adoção de uma série de ações que possibilitaram a adaptação da CTEEP ao novo cenário, com ganhos de eficiência e de melhoria na rentabilidade dos investimentos, sem comprometimento da qualidade dos serviços, como comprovam os indicadores de operação.

A continuidade dada às melhorias internas e a busca por eficiências permitiram ganhos expressivos em despesas e custos operacionais e foram decisivas para o desempenho apresentado pela Empresa em 2014: a receita operacional líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão, um crescimento de R\$ 123 milhões em relação a 2013, enquanto o lucro líquido cresceu de R\$ 32 milhões para R\$ 380 milhões.

Outro importante evento ocorreu em 2014 foi a entrega do laudo de indenização dos ativos não amortizados e/ou depreciados existentes antes de maio/2000 - sem dívida o principal vetor para a recuperação da capacidade de crescimento sustentável da Companhia. Foram sete meses de muito trabalho e apoio à consultoria para a obtenção de todas as informações necessárias para a elaboração do laudo de avaliação, em cumprimento à Resolução Normativa nº 589 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Seguimos absolutamente dedicados à homologação dos valores apresentados, com atuação diligente até a finalização desse processo e posterior recebimento da indenização dos ativos em questão.

Ainda em 2014, entrou em operação a totalidade do projeto IE Madeira. O empreendimento, que conta com um relevante investimento da CTEEP, destaca-se do ponto de vista tecnológico por ser a maior linha em corrente contínua do mundo, com 2.375 quilômetros de extensão, cruzando o Brasil do norte ao sudeste e possibilitando o acréscimo de uma importante carga de energia ao Sistema Interligado Nacional.

Também instituímos a Gerência de Assuntos Regulatórios, criada para sistematizar e garantir um olhar externo mais integrado e atento às questões relacionadas à regulação da Empresa, aperfeiçoando o relacionamento e intensificando o diálogo com o Poder Concedente.

Tantos resultados positivos e conquistas só foram possíveis de serem alcançados porque quebramos paradigmas e investimos no alinhamento com todos os colaboradores em torno dos objetivos e compromissos para, juntos, garantirmos a sustentabilidade da Companhia. Como prestadora de serviços públicos, sabemos da importância de nossa atuação também no âmbito socioambiental, que é traduzida na adoção de ações éticas, na busca de diálogos transparentes, na preocupação com o meio ambiente e em nossa capacidade de gerar valor aos nossos stakeholders.

Estou certo de que encerramos 2014 mais fortalecidos, com uma cultura interna voltada para a conquista de resultados e com a consolidação de um modelo de gestão centrado na busca por eficiência e rentabilidade. Esses são os diferenciais da CTEEP.

E é a partir deles que prosseguiremos trabalhando para dar continuidade à atuação da Companhia nos próximos anos e superar os desafios que ainda estão por vir, gerando retorno para os acionistas, atuando como protagonista nas comunidades em que estamos inseridos e contribuindo para o crescimento do País.

Reynaldo Passanezi Filho
 Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2014

1. PERFIL DA COMPANHIA

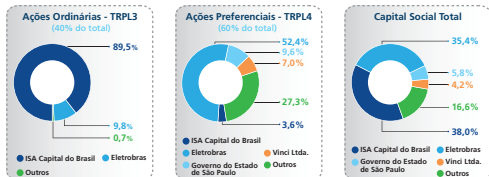
Com uma estrutura que conta com 13.724 quilômetros de linhas de transmissão, 19.189 quilômetros de circuitos, 2.280 quilômetros de cabos de fibra ótica próprios e 107 subestações com tensões de até 550 kV, a CTEEP é uma das principais transmissoras de energia elétrica privadas do Brasil.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP conta com quatro unidades regionais instaladas nas cidades de Bauru, Cabreúva, São Paulo e Taubaté, também com um Centro de Operação de Transmissão ("COT"), em Jundiaí, e um Centro de Operação de Retaguarda ("COR"), em Cabreúva.

A CTEEP também tem participação acionária em outras empresas concessionárias de transmissão de energia elétrica, sendo acionista integral na Interligação Elétrica de Minas Gerais - IEMG, Interligação Elétrica Pinheiros - IEPinheiros, Interligação Elétrica Serra do Japi - IESerra do Japi e Erecy Participações Ltda. e com participação em 51% da Interligação Elétrica da Madeira - IEMadeira e na Interligação Elétrica Garanhuns - IEGaranhuns, 50% na Interligação Elétrica Sul - IESul, e 25% na Interligação Elétrica Norte e Nordeste - IENNE. Dessa forma, através de suas subsidiárias, está presente em 16 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Pernambuco e Alagoas) e é responsável pela transmissão anual cerca de 25% de toda a energia elétrica produzida no País e aproximadamente 55% da energia consumida na Região Sudeste. Por meio de suas operações e de suas subsidiárias, a CTEEP contribui para o desenvolvimento da infraestrutura nacional, viabilizando a conexão entre empresas geradoras, outras transmissoras, consumidores livres e distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em dezembro de 2014, o capital social integralizado da CTEEP era de R\$ 2.215,3 milhões, representado por 64.484.433 ações ordinárias (40% do total) e 96.775.022 ações preferenciais (60% do total). Controlada pela ISA, importante empresa latino-americana de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP possui mais de 60 mil acionistas pessoas físicas e jurídicas de diferentes países, dos quais destacamos abaixo os detentores de mais de 5% de ações ordinárias ou preferenciais:



Com ações listadas na BM&Fbovespa, a CTEEP integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa. A Companhia participa ainda do programa de American Depositary Receipts - ADRs - Regra 144A, nos Estados Unidos, desde 1999.

CONTEXTO OPERACIONAL

Para atender ao cenário cada vez mais exigente e de crescente demanda, a CTEEP investe permanentemente na aplicação de novas tecnologias que agregam valor à sua rede, com forte ênfase nas atividades de operação e manutenção. Tal foco visa garantir a eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP), ou seja, a indisponibilidade dos ativos significa queda na remuneração. Dessa forma, o desempenho operacional, medido através de diversos indicadores, dentre eles: Disponibilidade dos Ativos, Duração Equivalente de Interrupção ("DREQ") e Frequência Equivalente de Interrupção ("FREQ") atingiram todas as metas estabelecidas pelos órgãos reguladores do setor em 2014, sendo a Disponibilidade de Linhas registrada 99,985%, contra meta de 99,97%; Disponibilidade de Transformadores registrada de 99,94%, contra meta de 99,50%; Disponibilidade de Rede registrada de 99,923% contra meta de 99,55%; DREQ registrado de 2,2 minutos para um limite máximo de 6,0 minutos; e FREQ registrado de 0,095 vezes para um limite máximo de 0,300 vezes.

Além de operar com eficiência suas instalações, a empresa também busca promover aperfeiçoamentos em sua rede, a fim de contribuir para atender a demanda energética crescente no País. Por isso, ao longo de 2014, a CTEEP energizou 41 projetos de reforços e melhorias, os quais tiveram investimentos no ano de R\$ 661 milhões e desde sua início até sua conclusão, contaram com um investimento total de R\$ 118,8 milhões e adicionaram 134 MW de potência instalada ao sistema elétrico. Ainda em 2014, além do montante investido nos 41 projetos energizados, a Companhia, considerando também as controladas e controladas em conjunto, investiu R\$ 441,0 milhões em reforços, novas conexões, melhorias e conclusões de obras licitadas e prevê, para 2015, R\$ 542,8 milhões.

Outro destaque para 2014 foi a entrada em operação comercial, em maio, do Lote - F (Estação retificadora e Estação inversora) da subsidiária IEMadeira, que conta ainda com a Linha de Transmissão Porto Velho - Araraquara, com mais de 2.300 quilômetros de extensão, que entrou em operação em agosto de 2013. Este é um empreendimento de grande relevância, pois permite transmitir a energia gerada no Norte do País para as demais regiões.

GESTÃO SUSTENTÁVEL

A CTEEP desenvolve uma série de iniciativas voltadas para os aspectos econômico, social e ambiental relacionados à sua atuação, buscando equilibrar o desenvolvimento da organização e as demandas da sociedade.

Em 2014 foi aplicado o Diagnóstico de Sustentabilidade da ISA em todas as empresas do grupo, considerando referências como *Dow Jones Sustainability Index*, *Global Report Initiative* ("GRI"), Pacto Global, ISO 26000, além de políticas e alinhamentos internos. Seu objetivo foi apurar o estágio de desenvolvimento em relação a temas de sustentabilidade, identificar os gaps e implementar melhorias de gestão por meio de um plano de ação estruturado que engloba todos os grupos de relacionamento da Companhia.

Reafirmando o compromisso com a transparência do desempenho social, econômico e ambiental, no segundo trimestre de 2015, a Companhia publicará o Relatório de Sustentabilidade, com base em indicadores GRI. Com a publicação que, em seu sétimo ano consecutivo, reporta informações socioambientais e o resultado das ações dos seus grupos de relacionamento, a CTEEP consolida um modelo de gestão pautado em compromissos e na geração de valor para nossos públicos no curto, médio e longo prazo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CTEEP integra o Nível 1 de Governança Corporativa (ICG) da BM&Fbovespa, do qual fazem parte empresas com reconhecida transparência no relacionamento com seus stakeholders. Diante disso, e com o objetivo de nortear as decisões e atuações de seus profissionais, a Companhia conta com o Código de Ética e o Código de Governança Corporativa, aprovados pelo Conselho de Administração. Ambos afirmam a disposição da alta administração e de seus colaboradores com a transparência na gestão e no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em 2014, com o objetivo de aprimorar as diretrizes e processos de aprovação que envolvam gastos e/ou investimentos na Companhia, bem como trazer maior controle dessas atividades, a Diretoria Plena revisou o Manual de Alçada de Valores e Documentos da CTEEP. Também em 2014, o Conselho de Administração aprovou a revisão da Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes visando trazer mais agilidade e transparência ao processo de divulgação de informação relevante e eficiência na utilização de recursos da Companhia.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

REAJUSTE DA RAP

Em junho de 2014, foi publicada a Resolução Homologatória ("REH") nº 1.756, estabelecendo a RAP da CTEEP, de suas controladas e controladas em conjunto para o período de julho de 2014 a junho de 2015.

A RAP total da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$ 627,8 milhões em julho de 2013, passou para R\$ 751,7 milhões em julho de 2014, apresentando um incremento de R\$ 123,9 milhões, equivalente a 19,7%. Sendo 6,9% do ajuste de IPCA/IGPM e 9,7% da variação da parcela de ajuste e 3,1% de RAP adicional para novos investimentos.

Por sua vez, a RAP total das controladas em conjunto, que era de R\$ 555,4 milhões em julho de 2013, passou para R\$ 578,8 milhões em julho de 2014, apresentando um incremento de R\$ 23,4 milhões, refletindo a redução RAP pelo efeito das revisões tarifárias periódicas nas coligadas IESul (4,6%), IEMadeira - Lote D (4,5%) e Lote F (3,81%), compensadas pela correção monetária no ciclo.

RESULTADOS 2014

Em 2014, a **Receita Operacional Bruta Consolidada** atingiu R\$ 1.234,3 milhão, crescimento de 10,4% em relação ao mesmo período de 2013 quando reportou R\$ 1.118,3 milhão. A variação é decorrente, sobretudo, do aumento de 26,3% na receita de operação e manutenção, combinada com a redução de 14,5% na receita financeira.

- A **Receita de Construção** consolidada totalizou R\$ 265,1 milhões em 2014, praticamente estável quando comparada aos R\$ 267,9 milhões de 2013, decorrência do aumento de projetos de reforços, de reconstrução de linhas de transmissão e implantação de banco de autotransformadores, compensado negativamente pela entrada em operação do lote K do leilão 004/2011 no terceiro trimestre de 2013 da controlada IEPinheiros.
- No exercício de 2014, a **Receita de Operação e Manutenção** consolidada totalizou R\$ 740,6 milhões comparados aos R\$ 586,5 milhões de 2013, aumento de 26,3%. Os principais efeitos foram: (i) reconhecimento da parcela de ajuste positiva de R\$ 24,5 milhões (parcela de ajuste negativa de R\$ 43,6 milhões em 2013); (ii) recebimento do rateio do superávit do sistema em 2014 no montante de R\$ 42,0 milhões (R\$ 13,9 milhões em 2013); (iii) variação positiva de 6,9% do IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2013/2014 para 2014/2015; e (iv) entrada em operação de novos projetos de reforços.

- A **Receita Financeira** consolidada somou R\$ 207,5 milhões no ano, redução de 14,5% comparada ao mesmo período de 2013 quando atingiu R\$ 242,7 milhões, refletindo a revisão do lucro financeiro em consequência da mudança do regime tributário para a apuração de PIS/COFINS (Lucro Real para Presumido) da controlada IEPinheiros.
- As **Outras Receitas** referem-se a aluguel junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros. Em 2014, as Outras Receitas totalizaram R\$ 21,2 milhão, se manteve constante em relação a 2013, quando também registrou R\$ 21,2 milhões, refletindo o aumento de 10,8% nas receitas de aluguel, porém compensada pela queda de 23,8% nas receitas de prestação de serviços.

As **Deduções da Receita Operacional** atingiram R\$ 131,5 milhões em 2014, redução de 4,1% comparada a R\$ 137,2 milhões em 2013. A variação reflete principalmente: (i) aumento de 0,8% de tributos sobre a receita que acompanha a variação da receita operacional, compensado pela alteração na alíquota de PIS e COFINS diferidos da controlada IEPinheiros, decorrente da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido; e (ii) redução de 17,8% de encargos regulatórios, decorrente do CDE e PROINFRA, devido ao consumo dos consumidores livres.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a **Receita Operacional Líquida** Consolidada em 2014 atingiu R\$ 1.102,9 milhão, aumento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2013 quando reportou R\$ 981,2 milhões.

As **Despesas/Receitas Operacionais** líquidas tiveram redução de 70,5%, totalizando despesa de R\$ 203,8 milhões em 2014 frente a despesa de R\$ 690,6 em 2013, por conta principalmente: (i) da reversão de parcela de serviços de construção, que não representavam geração de receita adicional, no montante de R\$ 19,2 milhões; (ii) do crédito de PIS e COFINS extemporâneos, no segundo trimestre de 2014, o valor de R\$ 19,2 milhões; (iii) da alienação de bens inservíveis, no montante de R\$ 8,2 milhões; e (vi) do reconhecimento no 3º trimestre de 2013 da provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da SeFaz-SP no montante de R\$ 516,2 milhões.

Os **Custos de Operação e Manutenção** tiveram redução de 6,5%, com R\$ 299,3 milhões em 2014 frente aos R\$ 320,2 milhões em 2013. As principais variações concentram-se no: (i) redimensionamento/revisão de contratos de serviços, sobretudo da frota de veículos e de conservação das faixas de serviço das linhas de transmissão; (ii) crescimento abaixo da inflação em pessoal decorrente da melhor utilização de horas extras e sobressalios; e (iii) reprogramação de algumas atividades de operação e manutenção em atendimento às necessidades técnicas e de acordo com restrições de intervenção no sistema.

Os **Custos dos Serviços de Construção** permaneceram praticamente estáveis durante o ano, registrando R\$ 242,3 milhões em 2014 frente aos R\$ 237,7 milhões em 2013, acompanhando a variação da receita de construção.

O **Resultado da Equivalência Patrimonial** de 2014 registrou receita de R\$ 90,9 milhões, aumento de 42,2% frente à receita de R\$ 63,9 milhões em 2013. Sobre o início do período operacional dos Lotes D (Linha de Transmissão) F (Subestações) da IEMadeira, em agosto de 2013 e maio de 2014, respectivamente. Da mesma forma, a IENNE, que apresentou prejuízo de R\$ 10,4 milhões em 2013 por conta da revisão tarifária, apresentou lucro de R\$ 3,9 em 2014. Também pelo aumento no lucro de R\$ 14,9 milhões devido a variação da receita financeira em IEGaranhuns.

O **Resultado Financeiro** teve redução de 83,5% totalizando R\$ 11,9 milhões em 2014 comparado com R\$ 72,2 milhões em 2013 devido: (i) ao reconhecimento de receitas de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$ 78,6 milhões em 2014, comparado com R\$ 143,2 milhões em 2013 referentes à atualização pelo IPCA + 5,59% do Contas a Receber de Ativo Reversível - Lei nº 12.783; (ii) à redução do rendimento de aplicação financeira devido ao menor volume de recursos aplicados no período; e (iii) redução dos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, devido à liquidação de contratos.

A rubrica de **Imposto de Renda e Contribuição Social** apresentou despesa de R\$ 80,5 milhões em 2014 contra crédito de R\$ 169,2 milhões em 2013 que se deve, basicamente, pela constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos referente à provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da SeFaz-SP no terceiro trimestre de 2013. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 17,5% em 2014, acompanhando a variação do resultado.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **Lucro Líquido** em 2014 totalizou R\$ 379,7 milhões, comparado a R\$ 31,9 milhões em 2013.

O **Balão Consolidado**, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 488,0 milhões em 2014, aumento de R\$ 657,8 milhões frente a 2013, quando registrou valor negativo de R\$ 169,8 milhões, a principal variação é referente à provisão para perdas sobre realização de créditos da SeFaz-SP contemplada na rubrica Outras Despesas/Receitas Operacionais.

A **Dívida Bruta** consolidada em 31 de dezembro de 2014 somou R\$ 1.191,9 milhão, redução de 3,8% em relação ao final de 2013, quando registrou R\$ 1.239,5 milhão. A **Dívida Líquida** consolidada totalizou R\$ 707,6 milhões, aumento de 10,7% em relação ao ano anterior. O principal efeito foi a queda de 19,3% nas **Disponibilidades**, que somaram R\$ 484,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, contra R\$ 600,0 milhões de 2013.

3. INVESTIMENTOS

Em 2014, a CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto investiram em reforços, novas conexões, modernizações e outros no total de R\$ 507,0 milhões comparados aos R\$ 815,4 milhões investidos em 2013.

A principal causa da redução dos investimentos realizados em 2014 decorre da reprogramação da realização de melhorias sistêmicas na controladora e de menor necessidade de aportes na subsidiária IEMadeira.

PLANO DE INVESTIMENTOS 2015

Em reunião realizada em Dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos para 2015 de até R\$ 553,2 milhões, sendo (i) R\$ 366,1 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento, (ii) R\$ 143,0 milhões de investimentos em melhorias e preferências de projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, também gerando receita adicional à Companhia e (iii) R\$ 44,1 milhões em capitalização de pessoal, remunerada em conjunto com os investimentos dos projetos e corporativo, remunerado através do CAIMI (Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis).

4. MERCADO DE CAPITALIS

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&Fbovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2014 cotadas a R\$ 46,00 e R\$ 41,50, respectivamente, o que representa uma variação de + 4,55% e + 54,16%, também respectivamente, em relação a 2013. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma desvalorização de - 2,91% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorização de + 3,47%.

Ao longo de 2014, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&Fbovespa de R\$ 17,7 milhões, o volume total negociado no ano foi de R\$ 1.971 milhão.

Com uma média diária de 1.248 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 318.272 negócios em 2014.

A CTEEP também participa do programa patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1, listados em ações sob subscrição e preferências de projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, também gerando receita adicional à Companhia e (iii) R\$ 44,1 milhões em capitalização de pessoal, remunerada em conjunto com os investimentos dos projetos e corporativo, remunerado através do CAIMI (Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis).

AUMENTO DE CAPITAL

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em Setembro de 2014, foi: (i) aprovada por unanimidade a homologação do aumento do capital social da CTEEP, no montante de R\$ 215,3 milhões, mediante a emissão de 8.597.890 ações preferenciais, correspondentes a 93,0% do total ofertado. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em Outubro de 2014, foi aprovada a reforma do artigo 4º do Estatuto Social, conforme proposta do Conselho de Administração.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a CTEEP informa que a Grant Thornton Auditores Independentes ("Grant Thornton") prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas com relação ao exercício de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013	2014	2013
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.390	1.257	4.696	4.270	Circulante					
Aplicações financeiras	6	398.623	578.547	479.601	595.756	Empréstimos e financiamentos	15	93.593	153.134	132.050	192.811
Contas a receber (ativo de concessão)	7	643.263	677.398	729.949	745.398	Debituratas	16	83.846	184.884	83.846	184.884
Estoque	8	43.426	50.788	45.696	61.767	Tributos e encargos sociais a receber	17	24.641	22.631	75.470	50.356
Tributos e contribuições a compensar	9	32.146	70.507	34.480	72.765	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	18	14.950	13.915	14.950	13.915
Créditos com controladas	30	37.645	198	37.429	61	Encargos regulatórios a receber	19	37.963	35.913	50.705	48.066
Despesas pagas antecipadamente	51	919	531	945	544	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24(b)	33.703	204.092	33.703	204.092
Outros		82.911	92.392	101.571	105.626	Provisões	21	26.998	26.981	27.499	27.997
		1.244.222	1.471.273	1.434.367	1.590.162	Outros	22	5.375	6.001	5.375	6.001
						Valores a pagar - Fundação CESP	23	10.313	13.863	16.215	20.329
								396.361	679.413	475.304	759.722
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo					
Contas a receber (ativo de concessão)	7	2.324.696	2.387.060	3.165.656	3.218.954	Empréstimos e financiamentos	15	234.216	76.216	404.580	309.026
Valores a receber - Secretária da Fazenda	8	802.102	60.329	802.102	643.027	Debituratas	16	535.399	552.756	535.399	552.756
Benefício fiscal - ativo incorporado	10	30.473	60.369	30.473	60.369	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	18	132.061	138.827	132.061	138.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	186.558	219.269	186.558	219.269	PIS e COFINS diferidos	19	79.967	54.968	117.972	117.880
Caucões e depósitos vinculados	11	62.353	76.282	62.353	76.282	Impo de renda e contribuição social diferidos	20	29.881	36.020	33.956	34.547
Estoque	7	37.993	47.748	37.993	47.748	Encargos regulatórios a receber	21	31.989	36.020	33.956	34.547
Outros		12.706	11.752	24.395	43.453	Provisões	21	121.439	127.861	131.592	127.868
		2.458.878	2.445.496	4.211.528	4.289.091	Orçamentos especiais - reversão/amortização	23	24.463	24.463	24.463	24.463
Investimentos	12	1.967.294	1.659.227	1.315.661	1.075.009			1.159.076	1.008.701	1.436.227	1.338.987
Imobilizado	13	24.538	10.370	24.533	10.370	Reservas de capital	24(a)	2.215.291	2.000.000	2.215.291	2.000.000
Intangível	14	26.148	14.136	50.022	46.003	Reservas de capital	24(a)	1.277.356	1.364.907	1.277.356	1.364.907
		2.017.280	1.683.293	1.396.244	1.137.446	Adiantamento para futuro aumento de capital	24(b)	656	656	656	656
		5.476.849	5.129.288	5.707.772	5.420.539	Reservas de lucro	24(b)	1.671.732	1.516.874	1.671.732	1.516.874
		6.721.072	6.800.561	7.142.139	7.010.706	Proposta de distribuição de dividendo adicional	24(b)	30.000	30.000	30.000	30.000
								5.165.405	4.912.447	5.165.405	4.912.447
						Participação de não controladores		5.165.405	4.912.447	5.165.405	4.912.447
Total do ativo						Total do passivo e do patrimônio líquido.		6.721.072	6.800.561	7.142.139	7.010.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida					
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	26	972,695	822,235	1.102,788	981,668
Lucro líquido		484.966	460.630	564.418	551.170
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas		484.966	324.550	564.418	477.234
Honorários da administração					
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26 e 30	(155,829)	(140,769)	(169,562)	(153,345)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(39,962)	(531,926)	(39,956)	(531,679)
Despesa de equivalência patrimonial		684,677	954,658	112,854	(626,720)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e de impostos sobre o lucro		428.324	(240,018)	448.316	(209,486)
Receitas financeiras		249,970	302,121	154,225	304,276
Despesas financeiras		(122,965)	(212,243)	(145,234)	(222,161)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e de contribuição social		455.334	(150,093)	460.207	(177,268)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente:					
Diferido:					
Lucro líquido do exercício					
Atribuído aos:					
Acionistas controladores					
Acionistas não controladores					
Lucro líquido por ação	24 (e)	2.441,31	0.209,01	1.517	
	24 (e)	2.337,14	0.199,95		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidada	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	378.215	31.921	379.732	31.921
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	378.215	31.921	379.732	31.921
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			378.215	31.921
Acionistas não controladores			1.517	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Operacionais.....	1.096.320	945.008	1.234.340	1.118.345
Outras operacionais.....	24.117	18.431	25.616	18.431
	1.120.437	963.439	1.259.956	1.136.776
Insusmos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados.....	(23.311)	(27.679)	(30.679)	(38.949)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(373.311)	(877.524)	(412.178)	(927.369)
	(396.622)	(905.203)	(442.858)	(966.315)
Valor adicionado bruto	723.815	858.236	817.101	170.461
Retenções				
Depreciação e amortização.....	(8.980)	(7.530)	(8.980)	(7.530)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	714.995	850.897	808.241	165.122
Recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial.....	143.256	121.834	90.905	63.857
Receitas financeiras.....	149.970	302.321	154.225	304.279
Valor adicionado total a distribuir	1.008.181	475.052	1.053.371	531.258
Distribuição de valor adicionado				
Pessoal.....				
Remuneração direta.....	(174.700)	(164.739)	(184.041)	(172.234)
Benefícios.....	(42.090)	(43.953)	(43.264)	(44.225)
F.G.T.S.....	(15.078)	(14.703)	(15.367)	(14.831)
	(231.868)	(223.395)	(242.672)	(231.290)
Impostos, taxas e contribuições.....				
Federais.....	(241.063)	25.138	(254.152)	(2.933)
Estaduais.....	(20.580)	(327)	(178)	(523)
Municipais.....	(20.580)	(19.167)	(20.588)	(19.168)
	(261.899)	8.644	(274.918)	(22.624)
Remuneração de capitais de terceiros.....				
Aluguéis.....	(13.574)	(13.978)	(14.154)	(14.364)
Rores e variações monetárias e cambiais.....	(122.627)	(211.312)	(141.895)	(231.059)
	(136.201)	(225.290)	(156.049)	(245.423)
Remuneração de capitais próprios.....				
Rores sobre capital próprio e dividendos.....	(226.029)	(31.921)	(226.029)	(31.921)
Lucros retidos	152.186	153.703	153.703	153.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	378.215	31.921	379.732	31.921
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais				
PIS e COFINS diferidos (nota 20)	24.899	27.053	112	33.155
Depreciação e amortização (notas 13, 14 e 26)	8.860	7.339	8.860	7.339
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.714	(234.341)	30.121	(224.749)
Provisão para contingências (nota 21 (a))	3.636	6.947	3.636	6.947
Custo residual de ativo mobilizado baixado (nota 13)	423	15	423	15
Benefício fiscal - agio incorporado (nota 10)	29.886	29.888	29.886	29.888
Amortização de ativo de concessão na aquisição de controlada (nota 12)	2.450	2.491	2.450	2.490
Realização da perda em controlada em conjunto (nota 12)	(2.386)	(2.418)	(2.386)	(2.418)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 12)	(143.256)	(121.534)	(90.905)	(63.857)
Provisão SEFAP		516.295		516.295
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	125.716	171.798	140.693	189.012
	459.199	436.114	502.710	536.003
Aumento (diminuição) de ativos				
Contas a receber	92.154	1.939.208	75.126	1.847.866
Estoque	17.116	(9.544)	25.925	(18.834)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(159.075)	(172.796)	(159.075)	(172.796)
Receitas e contribuições a compensar	38.472	(58.551)	38.396	(58.509)
Caixas e depósitos vinculados	13.923	(1.592)	13.923	(1.592)
Outros	(13.263)	(3.410)	(18.724)	(18.704)
	(10.667)	1.693.315	(24.527)	1.577.441
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	23.850	(30.742)	25.114	(12.912)
Tributos e encargos sociais a recolher	6.732	(118.524)	6.390	(118.921)
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	(14.463)	(133.531)	(14.463)	(133.531)
Encargos regulatórios a recolher	5.509	(7.999)	6.027	(7.186)
Provisões	5	71	628	628
Valores a pagar Fundação CESP	(716)	(1136)	(716)	(1345)
Outros	(3.550)	(419)	(4.114)	(1.448)
	(12.387)	(171.729)	(13.855)	(153.592)
	1.693.315	1.967.150	499.698	1.449.849
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	179.924	(578.547)	179.722	(595.758)
Imobilizado (nota 13)	(17.330)	(14.618)	(17.344)	(14.618)
Intangível (nota 14)	(18.074)	(8.155)	(18.564)	(11.204)
Investimentos (nota 12)	(180.850)	(273.206)	(185.706)	(243.668)
	(186.330)	(670.383)	(219.892)	(865.040)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos (nota 15 e 16)	251.236	700.000	251.236	723.498
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 15 e 16)	(533.465)	(1.927.107)	(530.578)	(1.952.598)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 15 e 16)	(51.091)	(210.607)	(69.125)	(226.895)
Pagamento/Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		55.752		55.752
Integralização de capital	127.740	-	127.740	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 25 (b))	(423.858)	(34)	(423.858)	(34)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(429.438)	(1.227.009)	(423.581)	(1.400.233)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	133	(295.222)	426	(305.333)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.350	1.257	4.696	4.272
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.217	1.552	398.655	398.655
Variação em caixa e equivalentes de caixa	133	(295.222)	426	(305.333)

O total de imposto de renda e contribuição apurados pela Companhia no ano de 2014 foi de R\$46.405 que foram compensados com crédito decorrente de saldo negativo de 2013. O total de imposto de renda e contribuição pagos pela Companhia em 2013 foi de R\$163.360.

O total de imposto de renda e contribuição pagos consolidados no exercício foi de R\$2.731 (R\$165.881 em 2013).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.

	Controladora e consolidado											
	Capital social	Reservas	Adiantamento para	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Reserva de lucros acumulados	Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total	Participação de não controladores	Total
	capital	futuro	aumento de capital	legal	estatutária	realizar	retenção de lucros	acumulados				
Em 31 de dezembro de 2012	1.162.626	2.202.281		666	232.525	116.263	25.958	1.338.011	-	-	5.078.230	- 5.078.230
Aumento de capital (nota 24 (a))	637.374	(637.374)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(1.821)	-	1.821	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	564	-	564	-	564
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.732	-	1.732	-	1.732
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	31.921	-	31.921	-	31.921
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de legal	-	-	-	1.596	-	-	-	(1.596)	-	-	(200.000)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,310088 por ação) (nota 24 (b))	-	-	-	-	-	-	(165.558)	(34.442)	-	-	-	(200.000)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,196514 por ação) (nota 24 (b))	-	-	-	-	-	(24.037)	-	(6.963)	-	30.000	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	2.000.000	1.384.907		666	234.121	116.263		1.166.490		4.912.447		4.912.447
Aumento de capital (nota 24 (a))	215.291	(87.551)	-	-	-	-	-	127.740	-	127.740	-	127.740
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	755	-	755	-	755
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.917	-	1.917	-	1.917
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	-	(30.000)
Aquisição de participação adicional junto à não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.050	62.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	378.215	-	378.215	1.517	379.732
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de legal	-	-	-	18.911	-	-	-	(18.911)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	75.643	-	-	(75.643)	-	-	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	60.304	(60.304)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,196514 por ação) (nota 24 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)	-	(30.000)
Dividendos intermediários (R\$ 1,023196 por ação) (nota 24 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(165.000)	-	(165.000)	-	(165.000)
Dividendos provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(31.029)	-	(31.029)	-	(31.029)
Em 31 de dezembro de 2014	2.215.291	1.277.356		666	253.032	191.906	1.226.794	5.165.945		5.228.612	63.567	5.228.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros esperados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

25.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL, procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modernidade tarifária. De acordo com o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, a próxima revisão tarifária periódica ocorrerá em julho de 2018.

Em 2013 a Companhia passou a reconhecer receita de construção para melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011, que será considerada na base da próxima revisão tarifária periódica.

A receita líquida associada ao contrato de concessão nº 143/2001, não está sujeita a revisão tarifária periódica.

A revisão tarifária periódica da EMG foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.299, de 19 de junho de 2012, reduzindo a RAP em 6,0%, vigente a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da ENIE foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.540, de 18 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 8,9%, vigente a partir de 01 de julho de 2013.

A última revisão tarifária periódica da EVRECV foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.538, de 18 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 15,0%, vigente a partir de 01 de julho de 2013. For meio do Despacho nº 562, de 11 de maio de 2014, a Diretoria Colegiada da ANEEL deu provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Evrency contra a RCH nº 1.538/2013 que homologou o resultado da sua segunda revisão periódica. Dessa forma, a RAP da Evrency referente às instalações revisadas foi repositada com redução de 3,9%.

A primeira revisão tarifária periódica da Pinheiros foi definida por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.755 e nº 1.762 de 24 de junho e 09 de julho de 2014, respectivamente, reduzindo a RAP em 4,6%, para o contrato 018/2008, em 6,8% para o contrato 012/2006 e em 2,8% para o contrato 015/2006, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da ESU foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,6%, vigente a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da IEMedera foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,5% para o contrato 013/2009 e 3,81% para o contrato 015/2009, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da IEMedera foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,5% para o contrato 013/2009 e 3,81% para o contrato 015/2009, vigentes a partir de 01 de julho de 2014. A IEMedera protocolou na ANEEL requerimento tendo por objeto o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro da RAP do Contrato de Concessão nº 013/2009. Como fundamento deste requerimento, a IEMedera apresentou os custos adicionais e o valor da parte de receita incorridos durante a implantação da Linha Transmissão sob sua responsabilidade, em decorrência de fatores, como: (i) o atraso no Licenciamento Ambiental; (ii) embargos ambientais; (iii) alterações de projeto exigidas pelo órgão licenciador. O Pleito da IEMedera é que seja concedido um aumento real da RAP em 26,8%. O processo encontra-se em fase de análise pela ANEEL.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

25.3 Parcela Variável - PV e Adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 1.770 de 26 de julho de 2007, regulamentou a Parcela Variável - PV e o Adicional à RAP a Parcela Variável e o desconto na RAP das transmissoras devido à indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita após redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrer.

A Resolução Normativa - RCH nº 512, de 30 de outubro de 2017, alterou a RCH nº 270/07, incluindo o §3 ao artigo 3º, o qual extingue o adicional à RAP para as funções de transmissão alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

A Parcela de Ajuste - PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

25.4 Reajuste anual da receita

Em 24 de junho de 2014, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.756, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica de Transmissão, para o ciclo de 12 meses.

compreendendo o período de 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756, a RAP a valores correspondentes a parcela de ajuste da CTEEP (contratos nºs 143 e 059/2001), liquadas de PIS e COFINS, denominada Receita Total que era de R\$542.096 em 01 de julho de 2013, passou para R\$569.912 em 01 de julho de 2014, apresentando um incremento de R\$117.856, equivalente a 21,7%. Sendo 6,5% do ajuste de ICPA/IGPM, 11,2% da variação da parcela de ajuste e 3,6% de RAP adicional para novos investimentos.

A Receita Total da Companhia, em conjunto com suas controladas, que era de R\$630.150 em 01 de julho de 2013, passou para R\$753.071 em 01 de julho de 2014, apresentando um incremento de R\$122.921, equivalente a 19,5%. Sendo 6,8% do ajuste de ICPA/IGPM e 9,8% da variação da parcela de ajuste.

A 2,7% de RAP adicional para novos investimentos.

A Receita Total da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015 apresenta a seguinte composição:

	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão - DIT		
	Ativos existentes	Novos investimentos	Ativos existentes	Novos investimentos	Total
059/2001	403.615	26.027	26.948	169.876	20.288
143/2001	403.615	26.027	19.017	201	19.218
	403.615	26.027	19.017	201	19.218
					660.600
					659.912

A Receita Total da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015 apresenta a seguinte composição:

	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão - DIT		
	Ativos existentes	Novos investimentos	Ativos existentes	Novos investimentos	Total
059/2001	403.615	26.027	26.948	169.876	20.288
143/2001	403.615	26.027	19.017	201	19.218
	403.615	26.027	19.017	201	19.218
					660.600
					659.912

A Receita Total da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015 apresenta a seguinte composição:

	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão - DIT		
	Ativos existentes	Novos investimentos	Ativos existentes	Novos investimentos	Total
059/2001	403.615	26.027	26.948	169.876	20.288
143/2001	403.615	26.027	19.017	201	19.218
004/2007	-	-	15.281	(967)	-
012/2006	-	-	67	1.151	-
015/2006	-	-	4.159	14.502	(1.235)
018/2008	-	-	3.730	(26)	-
021/2011	-	-	3.803	(1.155)	-
026/2009	-	-	24.420	2.313	-
020/2008	-	-	7.247	(562)	-
	403.615	37.457	88.388	26.454	169.876
					24.284
					8.500
					154.071

Com a revisão tarifária periódica da controlada Pinheiros (Item 25.2) a Receita Total da Companhia e suas controladas apresenta uma redução de 2,1% passando de R\$753.071 para R\$731.156.

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos demonstrados acima, os custos de construção da controladora totalizam R\$20.950 em 2014 e R\$19.821 em 2013. Os custos de construção consolidados totalizam R\$242.324 em 2014 e R\$243.768 em 2013. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescentando-se ao valor do custo de construção o valor do custo do investimento na obra pre-construção, para pre-construção, exercício de 2013, acrescentando-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Os resultados financeiros são apresentados em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	61.011	95.218	65.313	97.168
Juros ativos	39.406	75.577	39.424	75.579
Variações temporárias	48.496	66.105	48.404	66.105
Ajuste NTM (mark to market) - (ICB) Internacional e Commercial Paper	-	2.471	-	2.471
Variações cambiais (ICB Internacional e Commercial Paper)	-	30.183	-	30.183
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e Commercial Paper)	-	29.006	-	29.006
Outras	1.067	3.161	1.064	3.167
	149.970	302.321	154.225	304.278

Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Juros sobre empréstimos	(20.506)	(24.698)	(39.385)	(44.024)
Juros passivos	(12.033)	(10.139)	(12.064)	(10.087)
Encargos sobre notas promissórias	-	(1.113)	-	(1.113)
Encargos sobre debêntures	(89.070)	(98.118)	(89.070)	(98.118)
Encargos (CCB Internacional e Commercial Paper)	-	(4.767)	-	(4.767)
Variações cambiais (ICB Internacional e Commercial Paper)	-	(38.326)	-	(38.326)
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e Commercial Paper)	-	(33.541)	-	(33.541)
Outras	(1.351)	(1.655)	(1.815)	(2.046)
	(122.956)	(172.243)	(142.334)	(152.061)
	27.014	50.073	11.891	22.216

As captações internacionais, realizadas nos meses de abril e outubro de 2011, apresentaram, ao fim do exercício, um saldo líquido de R\$8.143 e R\$243.768 em 2014 e R\$243.768 em 2013. A respectiva receita de juros, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescentando-se ao valor do custo de construção o valor do custo do investimento na obra pre-construção, para pre-construção, exercício de 2013, acrescentando-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção.

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente: (i) crédito extemporâneo de PIS e COFINS, nota 9, no montante de R\$21.398; (ii) amortização do ativo incorporado da controladora Inoita 10, no montante de R\$29.896 (R\$29.888 em 2013); (iii) reversão de parcela de serviços de construção, que não representavam geração de receita adicional, no montante de R\$19.224; e (iv) alienação de bens inservíveis, no montante de R\$5.213. Adicionalmente, em 2013, foi constituída provisão para perdas sobre realização de créditos no montante de R\$16.255 (nota 8) e reconhecida receita oriunda de indenização por equilíbrio econômico-financeiro conforme acordo bilateral no montante de R\$12.001.

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência.

A Companhia adota o regime de lucro real e as controladas adotam o regime de lucro presumido.

(i) Conciliação da contribuição efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	455.237	150.030	461.277	137.226
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(154.814)	51.010	(156.470)	46.771
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	9.943	67.808	9.943	67.808
Realização de perdas	(294)	(1.634)	(294)	(1.634)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 10)	19.725	19.725	19.725	19.725
Equivalência patrimonial	48.707	41.424	30.908	21.711
Efeito adoção lucro presumido controladas	-	-	16.089	11.290
Outros	(386)	3.188	(386)	3.618
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(17.119)	181.951	(60.470)	169.160
Corrente	(46.405)	(52.390)	(50.354)	(55.556)
Diferido	29.286	170.561	10.116	113.704
	17.119	181.951	(60.470)	169.160

Alíquota efetiva

A alíquota utilizada nas apurações de 2014 e 2013 é de 34%, devido pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre o lucro presumido, conforme previsto na legislação tributária dessa jurisdição. Para as controladas que adotam o regime de lucro presumido, a presunção é efetuada à proporção de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social.

(ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão SFZAC-SP Inoita 10	44.710	43.472	44.742	43.485
Provisão para contingências	24.707	11.813	(58.789)	22.734
Reversão de ativos (IC) 011 (ii)	(13.789)	26.199	(13.789)	26.199
Demais diferenças temporárias	6.905	14.655	6.905	14.642
Líquido	188.554	154.260	154.600	184.721
Ativo	188.554	219.266	188.554	219.266
Passivo	-	-	33.956	34.547

Em 2014 e 2013, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso não se encontra líquido.

A Companhia agrupou ganho de capital, para fins fiscais, devido à reversão dos ativos mobilizados, prevista na Lei nº 12.783 e cujo ativo aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231 (que para fins societários corresponde a R\$397.487). Com base no Decreto Lei nº 1.274, de 13 de maio de 2014, trouxeram mudanças relevantes para a primeira parcela do prazo de concessão, resultando no recebimento de parte ou todo o superávit ao exercício social seguinte. As parcelas recebidas até dezembro de 2014 totalizam, aproximadamente, 34,0% do valor total a receber das instalações do IUI.

A referência de valores a ser oferecida a tributação do imposto de renda e contribuição social pelo impacto inicial do RIT conforme Lei nº 12.937/14 (Item 6).

Alíquota efetiva

A alíquota utilizada nas apurações de 2014 e 2013 é de 34%, devido pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre o lucro presumido, conforme previsto na legislação tributária dessa jurisdição. Para as controladas que adotam o regime de lucro presumido, a presunção é efetuada à proporção de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social.

(iii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão SFZAC-SP Inoita 10	44.710	43.472	44.742	43.485
Provisão para contingências	24.707	11.813	(58.789)	22.734
Reversão de ativos (IC) 011 (ii)	(13.789)	26.199	(13.789)	26.199
Demais diferenças temporárias	6.905	14.655	6.905	14.642
Líquido	188.554	154.260	154.600	184.721
Ativo	188.554	219.266	188.554	219.266
Passivo	-	-	33.956	34.547

Em 2014 e 2013, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso não se encontra líquido.

A Companhia agrupou ganho de capital, para fins fiscais, devido à reversão dos ativos mobilizados, prevista na Lei nº 12.783 e cujo ativo aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231 (que para fins societários corresponde a R\$397.487). Com base no Decreto Lei nº 1.274, de 13 de maio de 2014, trouxeram mudanças relevantes para a primeira parcela do prazo de concessão, resultando no recebimento de parte ou todo o superávit ao exercício social seguinte. As parcelas recebidas até dezembro de 2014 totalizam, aproximadamente, 34,0% do valor total a receber das instalações do IUI.

A referência de valores a ser oferecida a tributação do imposto de renda e contribuição social pelo impacto inicial do RIT conforme Lei nº 12.937/14 (Item 6).

Alíquota efetiva

A alíquota utilizada nas apurações de 2014 e 2013 é de 34%, devido pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre o lucro presumido, conforme previsto na legislação tributária dessa jurisdição. Para as controladas que adotam o regime de lucro presumido, a presunção é efetuada à proporção de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social.

(iv) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	(153.714)	57.376	(153.476)	42.071
Juros sobre capital próprio	9.943	67.808	9.943	67.808
Realização de perdas	(294)	(1.634)	(294)	(1.634)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 10)	19.725	19.725	19.725	19.725

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

34. PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA REGIDO PELA LEI 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplicou-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a SEFAZ-SP e a CTEEP, em 10 de dezembro de 1993, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da SEFAZ-SP repassados por meio da CESP e posteriormente da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a intervenção da CTEEP e da Fundação CESP, em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

(a) Ação da 2ª Vara da Fazenda Pública

Este fato gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública, com decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido de complementação de aposentadoria e responsabilizando a SEFAZ-SP pela complementação de aposentadorias. No referido processo, em outubro de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou competente a justiça comum para questões relacionadas à previdência privada, mantendo-se a tramitação desta ação.

(b) Ação da 49ª Vara do Trabalho

Em contraposição à decisão anteriormente proferida, decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferiu a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP.

Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP solicita mensalmente os recursos necessários à SEFAZ-SP para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. Referida ação condenou a SEFAZ-SP, a CESP, a Fundação CESP e a CTEEP.

Em decorrência da existência de processos em Varas de competências distintas, pendente definição de qual decisão prevalecerá, o que poderá tornar nula a decisão da Justiça Trabalhista.

(c) Conflito de competência

Em 20 de fevereiro de 2013, o STF, em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, sedimentou jurisprudência pela competência da Justiça Comum para decidir casos que versam sobre previdência complementar. O posicionamento do plenário do STF foi no sentido de que "a competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho".

A decisão do STF, no caso, mencionada no parágrafo anterior, confirmou a competência da Justiça Comum para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar. Esse posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso específico da CTEEP em relação à Lei 4.819/58, o qual já se encontra concluso ao Ministro do STF desde 09 de abril de 2013. Em novembro de 2013, o STF julgou o conflito de competência negando-o. Houve recurso da decisão e aguarda julgamento.

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da decisão decidida da 49ª Vara do Trabalho.

Por força dessa decisão, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2014, o valor de R\$ 3.085.887 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$ 1.988.307 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela SEFAZ-SP no montante de R\$ 1.097.580 (nota 8 (a)), tem sido requerida pela CTEEP para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade do Governo do Estado, no montante de R\$ 220.797 (nota 8 (b)), perfazendo um total de R\$ 1.318.327.

Em dezembro de 2010, a CTEEP ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP visando reaver os valores até então não recebidos decorrentes desse assunto. Em 13 de maio de 2013, foi proferida sentença extinguindo a ação de cobrança, sem julgamento de mérito, para a qual foi apresentado embargos de declaração, os quais, em 27 de agosto de 2013, foram conhecidos para reparar omissão contida na referida decisão. O recurso de apelação para que o processo retorne à Vara de origem para julgamento do mérito foi protocolado em setembro de 2013 e encontra-se pendente de julgamento.

O julgamento da Apelação ocorreu em 15 de dezembro de 2014, contudo, até a presente data a Acórdão ainda não foi publicado. Tal intercorrência processual protracta o prazo de realização do ativo pretendido na referida ação.

A ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

Carla Santos Portela Cristóbal
CRC 15P 218186X0-0

PARER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o Estudo Técnico de Viabilidade sobre a Realização de Investimentos em Infraestrutura de Transmissão de Energia Elétrica, elaborado em 27 de junho de 2002. Com fundamento nos exames realizados e no relatório sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que referidos documentos estão aptos a serem submetidos à apreciação e aprovação dos acionistas.

Manuel Domingues de Jesus e Pinho
Antonio Luiz de Campos Gurgel

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015
Flávio Cesar Maia Luz
Egídio Schoenberger

Rosângela da Silva

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARER DO CONSELHO FISCAL

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

Cesio Sebastião Cerchiar
Diretor de Operações

Luiz Roberto Azevedo
Diretor de Empreendimentos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

Cesio Sebastião Cerchiar
Diretor de Operações

Luiz Roberto Azevedo
Diretor de Empreendimentos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP ou Companhia), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfases

Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente (SE)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, com base no previsto na Lei nº 12.783/2013 e na Nota Técnica nº 402/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi realizado nosso laudo de avaliação que totaliza R\$5.186.018, equivalente aos investimentos pelo VNR quitado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012. O referido valor está sujeito a homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 e 35, em 08 de janeiro de 2015, a Companhia recebeu o relatório de fiscalização da Superintendência de Fiscalização

Econômica e Financeira (SFF), órgão interno da ANEEL, conforme fato relevante divulgado na mesma data, no qual a SFF apresentou o seu entendimento acerca do valor da indenização a que a CTEEP teria direito de receber no montante de R\$3.604.982. A Companhia apresentou recurso para contestar o valor. Os efeitos e reconhecimento contábil dependem da homologação pela ANEEL do valor final, bem como definição de forma e prazo de recebimento pelos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda. Enquanto o valor não é homologado, a Companhia mantém registrada, desde 2012, a valor de custo de construção dessa infraestrutura, no montante de R\$1.420.995, equivalente ao ativo imobilizado regularizado (valor histórico). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Constituinte.

Lei nº 4.819/58

Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 8 e 34, a Companhia mantém registrado saldo líquido de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$ 802.102 mil relativos aos impactos da Lei nº 4.819/58, que concedeu aos servidores das empresas sob o controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas às entidades públicas. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Seminários, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de fevereiro de 2014, com ênfases referentes aos assuntos de "Avaliação de investimentos em infraestrutura de transmissão de energia elétrica" e "Reapresentação dos valores correspondentes" e também as ênfases relacionadas aos assuntos descritos nos itens "Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente - SE" e "Lei 4.819/58".

Grant Thornton

An instinct for growth

TRF4
NIVEL 1
Tribunal Federal
do Rio de Janeiro

TRF4
NIVEL 1
Tribunal Federal
do Rio de Janeiro

TRF4
NIVEL 1
Tribunal Federal
do Rio de Janeiro

TRF4
NIVEL 1
Tribunal Federal
do Rio de Janeiro

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

Clóvis Altton Madeira
Contador CRC 15P-106.895/0-1

Acesse a página da CTEEP no site Valor RI

Valor RI

Home Mercado de Capitais Fatos Relevantes Atualizações e Telecomunicações

CTEEP (TRFLA) CTEEP (TRFLA)

Relações com Investidores

isa CTEEP

Endereço: Rua da Bandeira, 100 - 11º andar - Centro - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3132-2500

E-mail: contato@ctEEP.com.br

Site: www.ctEEP.com.br

Responsabilidade pela veracidade de 90% da energia produzida no País e 90% da capacidade de geração elétrica

Acesse nossa página também pelo QR Code.